

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.301 - MG (2018/0160637-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **RAMON BARRETO BRASIL - EPP**  
**ADVOGADOS** : **INGRID CHINEPPE HOFSTATTER - SC013043B**  
                  **VIRGÍNIA HELENA DE OLIVEIRA RAMOS - MG077661**  
                  **MARIANGELA TEIXEIRA DA CUNHA - SC009871**  
**AGRAVADO** : **XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ HENRIQUE DOS REIS - MG126094**  
                  **ADAO JOSE FERNANDES JUNIOR E OUTRO(S) - MG178303**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. 1. INTIMAÇÃO. PUBLICAÇÃO EXCLUSIVA EM NOME DE DETERMINADO PATRONO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO. PROCURADORA SUBSTABELECENTE. REGULARIDADE. PRECEDENTE. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211 DO STJ. 3. LIMINAR. MANUTENÇÃO DA POSSE. REQUISITOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 735/STF E 7/STJ. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

### **DECISÃO**

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por XCMG Brasil Indústria Ltda. contra decisão que, nos autos dos embargos de terceiro opostos por Ramon Barreto Brasil - EPP, deferiu a manutenção de posse dos veículos (2 caminhões guindaste) em favor da embargante.

A Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais deu provimento ao agravo de instrumento para indeferir a manutenção da posse em favor da embargante/agravada e, consequentemente, restabeleceu a decisão proferida nos autos da reintegração de posse.

O acórdão está assim ementado (e-STJ, fls. 650-660):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REINTEGRAÇÃO POSSE. LIMINAR DEFERIDA. EMBARGOS DE TERCEIRO. SUSPENSÃO. DEFERIMENTO MANUTENÇÃO POSSE. NÃO COMPROVAÇÃO SUFICIENTE. DECISÃO REFORMADA. Os embargos de terceiro tem por fim preservar a posse de bem em razão

# *Superior Tribunal de Justiça*

de medida constritiva face possuidor que está sendo ilegítimamente turbado. Não sendo comprovada a devida cautela da parte ao adquirir o bem discutido, considerando existência de ação e protesto anterior à suposta aquisição do veículo em demanda é de se indeferir o pedido de manutenção de posse.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Irresignado, Ramon Barreto Brasil - EPP interpôs recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 272 do CPC/2015; e 113 do Código Civil.

Sustentou, em síntese, a ausência de intimação da advogada Dra. Virgínia Helena de Oliveira Ramos, única cadastrada na comarca onde tramita o feito. Defendeu, ainda, a nulidade da intimação para apresentar contrarrazões ao agravo de instrumento, porquanto não constou o número da OAB das advogadas Ingrid Chineppe Hosfatter e Mariângela Teixeira da Cunha.

Afirmou que a medida liminar de manutenção na posse deve ser mantida, pois, além de ser possuidor de boa-fé, o contrato de reserva de domínio de veículo não estava registrado no Detran e no Cartório de Títulos e Documentos.

Contrarrazões às fls. 731-768 (e-STJ).

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso sob o fundamento de incidir a Súmula n. 7/STJ.

Inconformado, o recorrente apresentou agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Sem contraminuta.

Brevemente relatado, decido.

Quanto à nulidade da publicação, a jurisprudência desta Corte Superior entende ser nula a intimação realizada no nome de outro advogado quando constante dos autos pedido de publicação exclusiva em nome de determinado patrono, sob pena de configurar cerceamento de defesa.

A propósito:

# *Superior Tribunal de Justiça*

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ADVOGADO. INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. AUSÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...] II - Esta Corte tem firme posicionamento segundo o qual, uma vez constante nos autos pedido de publicação exclusiva em nome de determinado advogado, é nula a intimação realizada no nome de outro causídico, ainda que conste nos instrumentos de mandato, em razão do cerceamento de defesa.

[...] V - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp n. 1.757.959/GO, Relatora a Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 7/12/2018)

Outrossim, esta Corte Superior entende que a "interpretação do art. 236, § 1º, do CPC/73 que melhor se coaduna com os princípios do contraditório e da ampla defesa é aquela que sustenta a nulidade da publicação da qual constou apenas o nome do procurador substabelecido, domiciliado em outra Comarca, sem consignar o nome do Advogado substabelecido exatamente com a finalidade de acompanhar o feito perante a Comarca no qual ele efetivamente tramita, independentemente de requerimento expresso nesse sentido ou do substabelecimento ser com ou sem reserva de poderes, mas desde que, a partir desse substabelecimento, o novo causídico tenha efetiva atuação no feito" (EDcl nos EDcl no AgRg nos EAg n. 1.244.657/SP, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Corte Especial, julgado em 15/5/2013, DJe 29/5/2013).

No caso vertente, ao julgar os embargos de declaração, o Tribunal de origem asseverou que a publicação fora realizada em nome da advogada que assinou os embargos de terceiro, as contrarrazões e os aclaratórios, não constando, ainda, pedido expresso de que as publicações ocorressem exclusivamente em nome da patrona substabelecida.

Desse modo, constata-se que a Corte estadual está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a Súmula n. 83/STJ.

Concernente à alegação, trazida nas razões do recurso especial, de que não constou o número da OAB da advogada na intimação, verifica-se que a tese não foi objeto

# *Superior Tribunal de Justiça*

de debate pelo Tribunal de origem, estando ausente o indispensável prequestionamento da questão, o que atrai a incidência da Súmula n. 211 do STJ.

Em relação à questão de fundo, cumpre registrar que, em regra, não cabe recurso especial contra decisão que antecipa os efeitos da tutela. Posicionamento este cristalizado no enunciado n. 735 da Súmula do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar". Esse entendimento é aplicável aos recursos especiais, por analogia.

No caso, o Tribunal de origem indeferiu o pedido liminar, consignando que, ao menos naquele juízo perfunctório, a boa-fé da embargante, ora recorrente, não se encontra cristalina a ensejar o deferimento de sua manutenção na posse dos veículos.

Desse modo, para rever as conclusões do aresto combatido, seria imprescindível o reexame de provas, medida que é inadmissível nesta instância extraordinária, sob pena de incidência da Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REEXAME DE PROVAS. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REQUISITOS AUTORIZADORES. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. PERDA DE OBJETO. PRETENSÃO PREJUDICADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende não ser cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar em pedido de antecipação de tutela, nos casos em que haja necessidade de revisão das premissas de fato adotadas pelas instâncias ordinárias, como no caso, em virtude da incidência da Súmula nº 7/STJ. Precedentes.
3. A prolação de sentença no feito principal torna prejudicado o agravo de instrumento contra o deferimento de antecipação de tutela e, consequentemente, do recurso especial posteriormente interposto.
4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 1.141.274/DF, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 2/2/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

